



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Breu Branco



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Breu Branco (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



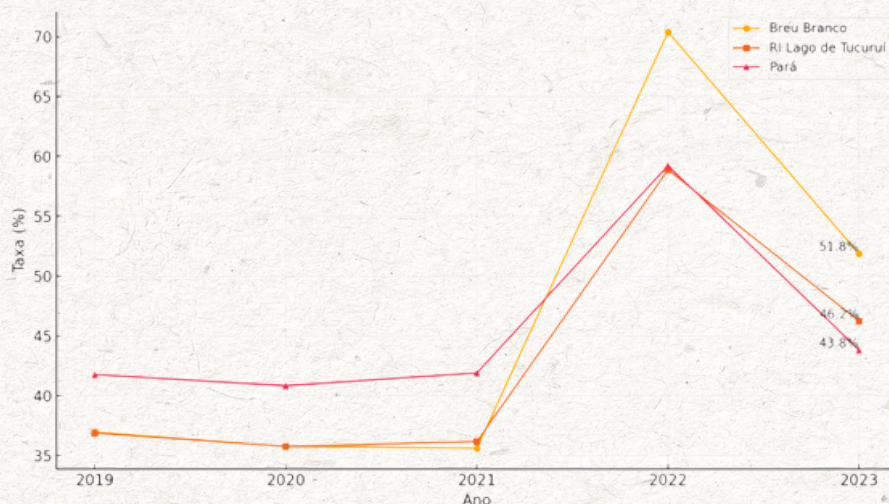
Evolução da Taxa de Pobreza

A Taxa de Pobreza no município de Breu Branco apresentou relativa estabilidade entre 2019 e 2021, mantendo-se em torno de 36%. Contudo, em 2022 observou-se um aumento expressivo, atingindo o pico de 70,5%, possivelmente refletindo os impactos socioeconômicos da pandemia e da lenta recuperação econômica. Em 2023, apesar de uma redução significativa, o índice ainda se manteve elevado (51,8%) em comparação aos anos anteriores a 2022, sinalizando uma permanência de

vulnerabilidade social no município (Gráfico 1). Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o comportamento foi semelhante, embora em patamares mais baixos. Entre 2019 e 2021, a taxa flutuou levemente entre 36% e 37%, saltando para 58,9% em 2022 e caindo para 46,2% em 2023. Isso sugere que, apesar de variações locais, a região compartilha dos mesmos fatores estruturais que impactam Breu Branco, reforçando a interdependência regional das dinâmicas econômicas e sociais (Gráfico 1).

O estado do Pará, por sua vez, demonstrou uma trajetória menos abrupta. A taxa oscilou levemente de 41,7% em 2019 para 42,1% em 2021, com pico de 59% em 2022, reduzindo-se para 43,8% em 2023. A relativa estabilidade em anos anteriores e a menor variação percentual demonstram uma resiliência institucional mais ampla no estado, ainda que o impacto da crise tenha sido generalizado. A taxa de 2023, embora inferior à de 2022, ainda supera os níveis de 2019, indicando que a recuperação plena ainda não foi alcançada (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 51,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

O município de Breu Branco apresentou, ao longo do período, o maior percentual de alocação de recursos em serviços essenciais em comparação com os demais níveis territoriais. Em 2019, o índice era de 78%, mas houve queda progressiva até 2022, quando atingiu 66%. Em 2023, observou-se uma leve recuperação (67,5%), mas ainda inferior ao patamar inicial. Essa tendência pode indicar reestruturações orçamentárias ou perda de capacidade fiscal, com possível impacto direto na oferta de serviços públicos locais (Gráfico 2).

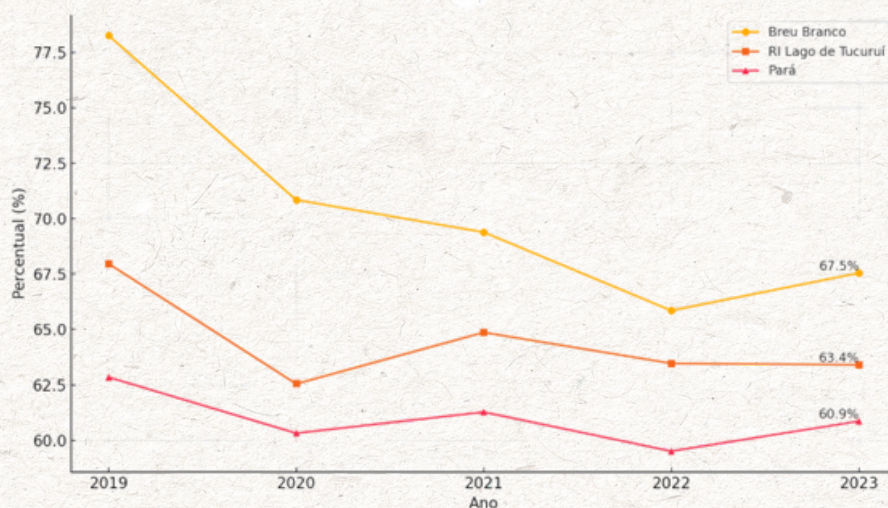
Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o percentual de despesas com serviços essenciais manteve-se relativamente estável ao longo dos anos, variando entre 62,5% e 68%. Em 2023, o valor de 63,4% aponta para uma certa manutenção de prioridades orçamentárias, mesmo diante de pressões externas. Essa estabilidade pode estar associada a uma distribuição mais equilibrada de investimentos entre os municípios da região, ainda que sem grandes avanços (Gráfico 2).

O estado do Pará também apresentou trajetória estável,

com pequena oscilação em torno de 60% a 63% durante o período. O ponto mais baixo foi registrado em 2022 (59,4%), com leve recuperação em 2023 (60,9%). A constância desse indicador em nível estadual pode sugerir um padrão de financiamento que privilegia a continuidade dos serviços essenciais, mesmo em cenários de crise. Ainda assim, a recuperação tímida em 2023 sugere limitações fiscais ou prioridades concorrentes dentro do orçamento público estadual (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

No município de Breu Branco, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer apresentou queda significativa entre 2019 e 2021, indo de 10% para 6,8%, o que pode indicar uma melhoria nas condições de saúde materno-infantil ou no acesso ao pré-natal. No entanto, essa tendência positiva foi interrompida em 2022, quando o indicador subiu para 7,5%, mantendo-se praticamente estável em 2023 (7%). Apesar da queda inicial, o recente aumento sugere a necessidade de reforço nas políticas públicas voltadas à nutrição e cuidados com a gestação (Gráfico 3).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o indicador manteve-se mais estável ao longo do período, oscilando

entre 6,8% e 7,6%.

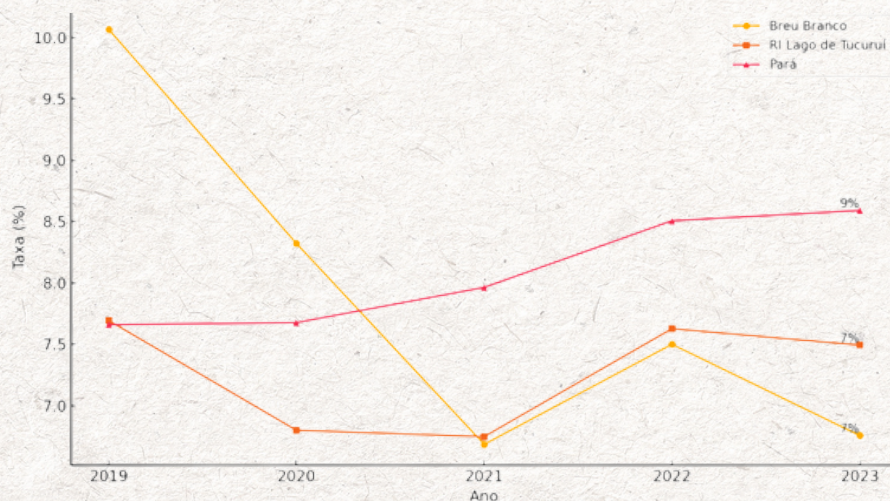
Essa constância pode refletir uma maior homogeneidade nos serviços de atenção básica à saúde, embora não indique necessariamente progresso. A leve elevação entre 2021 e 2022, seguida de ligeira queda em 2023, aponta para variações pontuais que ainda merecem monitoramento, principalmente considerando o impacto desse indicador na mortalidade infantil e no desenvolvimento inicial das crianças (Gráfico 3).

Já o estado do Pará apresentou uma tendência ascendente no indicador, passando de 7,7% em 2019 para 9% em 2023. Esse crescimento contínuo levanta preocupações sobre o acesso universal e equitativo a serviços de saúde de

qualidade, especialmente nas áreas mais remotas. O aumento persistente sugere um agravamento das condições socioeconômicas associadas à desnutrição gestacional ou a falhas nos cuidados de saúde preventiva. É necessário que o estado invista em ações específicas para reverter essa tendência, priorizando os territórios mais vulneráveis (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

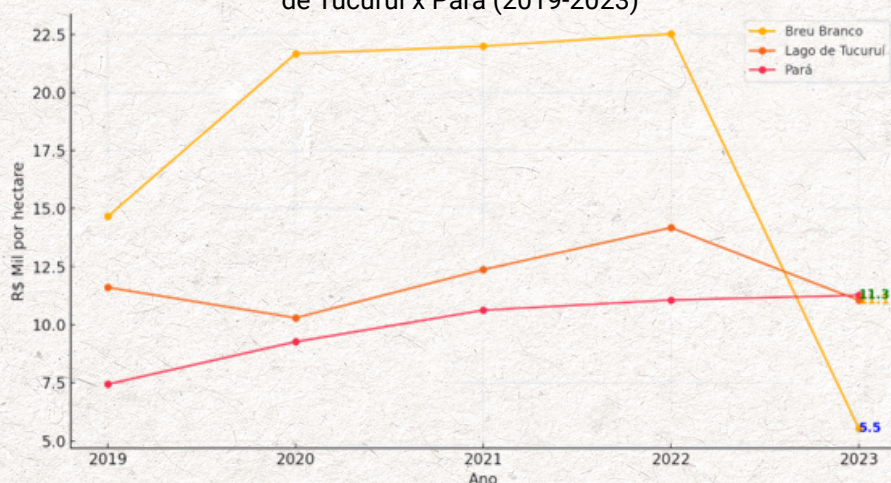
Breu Branco apresentou um forte crescimento na produtividade agrícola entre 2019 e 2022, saltando de R\$ 14,8 mil para R\$ 22,6 mil por hectare, com destaque para a manutenção de um patamar elevado nesse intervalo. Essa elevação pode estar associada à introdução de tecnologias no campo, diversificação de culturas ou aumento do valor de mercado das commodities agrícolas. No entanto, o cenário mudou drasticamente em 2023, com uma queda acentuada para apenas R\$ 5,5 mil/hectare, o que representa uma retração expressiva e abrupta, exigindo investigação sobre fatores como estiagens, pragas, perda de subsídios ou

redução de área produtiva (Gráfico 4).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, a produtividade agrícola oscilou, mas sem quedas tão intensas. A região apresentou queda entre 2019 e 2020 (de R\$ 11,7 mil para R\$ 10,3 mil/hectare), seguida por crescimento até 2022, alcançando R\$ 14,2 mil/hectare, e uma queda moderada em 2023 para R\$ 11,3 mil. Essa estabilidade relativa pode estar associada à maior resiliência da estrutura produtiva regional ou à diversificação agrícola. Ainda assim, a oscilação demonstra a sensibilidade do setor a fatores externos, como clima e flutuações de preços (Gráfico 4).

No âmbito estadual, o indicador também apresentou crescimento gradual, indo de R\$ 7,5 mil/hectare em 2019 para R\$ 11,3 mil em 2023. Apesar de menos expressivo que em Breu Branco, esse aumento constante sugere uma tendência positiva de valorização da produção agrícola paraense, com possível modernização de técnicas e maior integração ao mercado. A ausência de quedas bruscas reforça uma maior estabilidade da produtividade no estado, embora os valores ainda estejam distantes dos picos observados em alguns municípios, como Breu Branco, durante os anos anteriores (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 5,5 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

O município de Breu Branco apresentou um comportamento bastante oscilante na taxa de mortalidade infantil entre 2019 e 2023. Em 2019, o índice era elevado (18 por mil nascidos vivos), mas caiu drasticamente em 2020 para 8,5, o que pode estar relacionado a melhorias pontuais nos serviços de saúde infantil ou à subnotificação de óbitos. Em 2021, houve novo aumento para 12,2, seguido de queda acentuada para 1,6 em 2022, e posterior elevação para 12 em 2023. Essas variações acentuadas sugerem instabilidades no sistema de registro ou acesso desigual aos serviços de saúde neonatal ao longo dos anos (Gráfico 5).

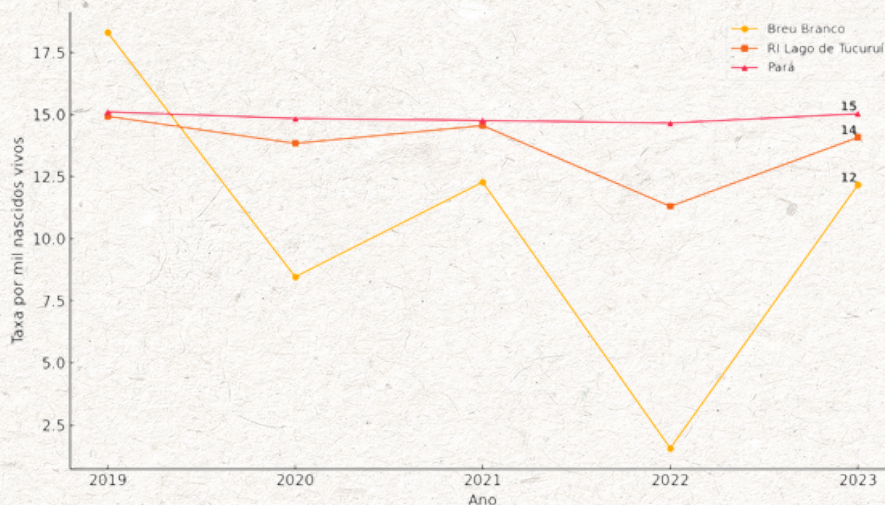
Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o comportamento foi mais estável, variando entre 11,4 e 14,4 ao longo do período. Após uma leve queda entre 2019 (15) e 2022 (11,4), a taxa voltou a subir para 14 em 2023. Apesar de menores flutuações em comparação ao município, a região ainda apresenta taxas elevadas, sinalizando desafios persistentes no cuidado com gestantes, recém-nascidos e na cobertura da atenção básica (Gráfico 5).

O estado do Pará manteve-se relativamente estável ao longo de todo o período, com a taxa variando entre 14,6 e 15 por mil nascidos vivos. Essa constância pode indicar uma certa solidez nas políticas estaduais de saúde infan-



til, mas também aponta para a dificuldade de avançar na redução desse indicador. A manutenção de patamares elevados evidencia a necessidade de ações mais incisivas voltadas à mortalidade evitável, especialmente em áreas rurais e populações vulneráveis (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

Em Breu Branco, observou-se uma evolução significativa no número de médicos por 10 mil habitantes entre 2019 e 2022, partindo de 3,6 profissionais para 7,9. Esse aumento representa um avanço expressivo na cobertura médica, possivelmente resultado de programas de interiorização, concursos ou contratação emergencial de profissionais. Em 2023, o índice estabilizou-se em 7,9, o que pode indicar um patamar de saturação ou con-

tenção fiscal para novas contratações, ainda que o valor presente quase o dobro do registrado em 2019 (Gráfico 6).

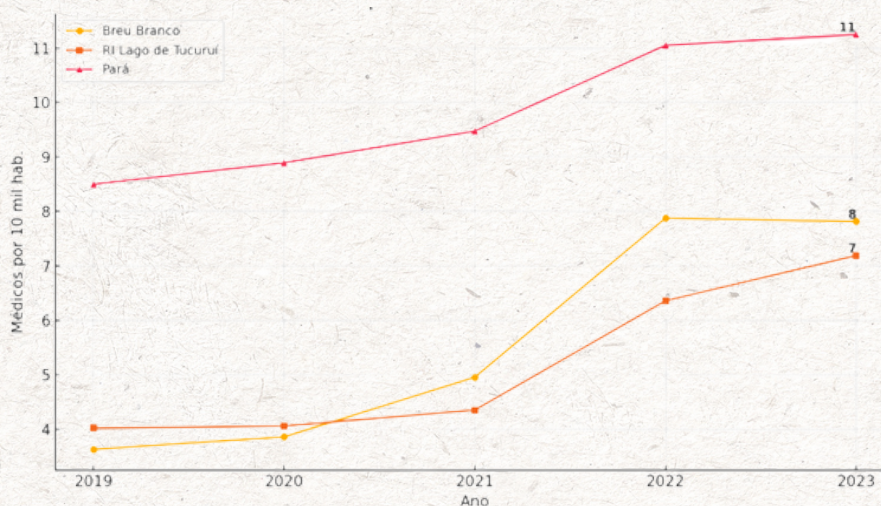
Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o crescimento também foi contínuo, de 4 para 7 médicos por 10 mil habitantes no mesmo período. Esse incremento gradual revela esforços regionais de fortalecimento da rede de atenção à saúde, embora ainda permaneça inferior aos níveis estaduais.

A trajetória ascendente reforça a ideia de ampliação de serviços médicos, com possível impacto positivo sobre os indicadores de saúde pública da região (Gráfico 6).

O estado do Pará apresentou o maior número absoluto de médicos por habitante ao longo do período, subindo de 8,5 em 2019 para 11,2 em 2023. Essa tendência de crescimento sustentado indica um esforço estadual robusto de ampliação da força de trabalho médica, refletindo maior

capacidade de atendimento, especialmente em áreas urbanas. No entanto, o desafio permanece na redistribuição equitativa desses profissionais entre as regiões, visto que municípios como Breu Branco ainda operam com números inferiores, apesar das melhorias recentes (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

O município de Breu Branco iniciou o período com 182 vagas por mil habitantes em 2019, número que caiu sucessivamente até atingir 164 em 2021. No entanto, em 2022 observou-se um salto expressivo para 236 vagas, seguido de uma leve queda para 213 em 2023. Esse comportamento evidencia um esforço pontual de ampliação da oferta educacional em 2022, que pode estar relacionado à recuperação pós-pandemia e à reestruturação das redes de ensino locais (Gráfico 7).

Na Região de Integração do Lago de Tucuruí, a tendência foi semelhante à do município, com queda entre 2019 (204 vagas) e 2021 (187 vagas), seguida de um crescimento até 239 em 2022 e uma posterior

redução para 219 em 2023. Essa oscilação indica movimentos regionais de reorganização do sistema educacional, provavelmente impulsionados por políticas públicas emergenciais e readequações populacionais ou demográficas (Gráfico 7).

Já no estado do Pará, os números mostram maior estabilidade relativa, com uma leve redução de 211 vagas em 2019 para 207 em 2020 e posterior recuperação até 220 em 2022. Em 2023, houve queda para 198. Essa estabilidade pode refletir a maior capacidade de manutenção da oferta educacional em nível estadual, mesmo com desafios como a pandemia e desigualdades territoriais (Gráfico 7).

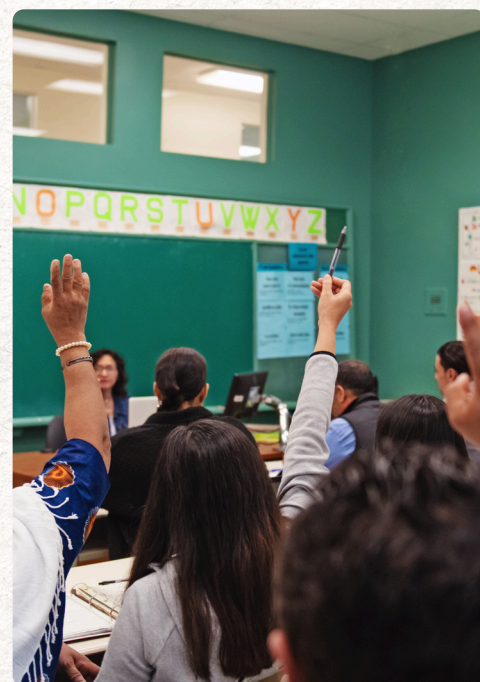
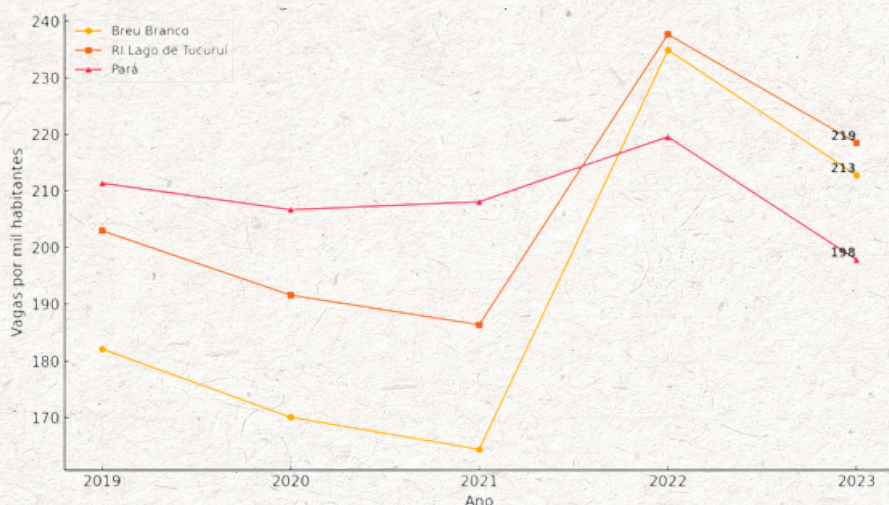




Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 213 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Em Breu Branco, o percentual de escolas com acesso à internet cresceu continuamente de 2019 a 2023, partindo de 79,7% para atingir a universalização (100%) em 2023. O avanço foi notável já em 2020, com 94,2%, e manteve-se em patamar elevado nos anos seguintes. Este desempenho evidencia forte investimento em infraestrutura digital educacional no município, elemento essencial para viabilizar o ensino remoto e híbrido nos anos de pandemia (Gráfico 8).

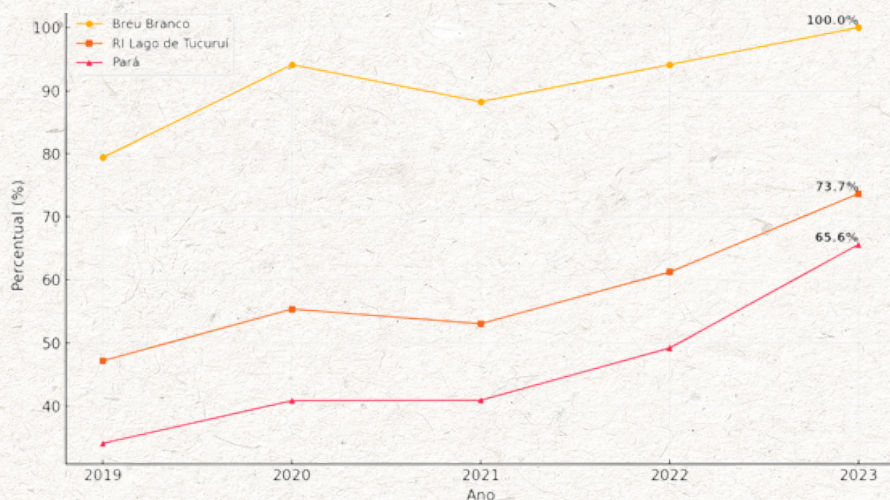
Na Região de Integração do Lago de Tucuruí, o crescimento também foi expressivo, partindo de 47,3% em 2019 e chegando a 73,7% em 2023. O aumento mais acentuado ocorreu entre 2021 e 2023, sinalizando uma aceleração recente dos

esforços de digitalização das escolas. Apesar disso, a cobertura ainda não atingiu a totalidade, o que indica espaço para avanços, principalmente em municípios menores ou mais isolados (Gráfico 8).

No Pará como um todo, a expansão da conectividade foi significativa: de apenas 33,6% das escolas com internet em 2019, o índice subiu para 65,6% em 2023. O crescimento foi contínuo, com destaque para o salto entre 2022 e 2023. Ainda que o patamar atual esteja abaixo do ideal, os dados apontam para uma tendência positiva de ampliação do acesso à tecnologia nas escolas públicas, essencial para a equidade no ensino em tempos digitais (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5: Violência Contra a Mulher por Parceiros** e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

No município de Breu Branco, os dados revelam uma prevalência quase nula desse tipo de violência ao longo da série histórica. Com exceção de um leve aumento em 2020, todos os outros anos (2019, 2021, 2022 e 2023) registraram valores nulos ou extremamente baixos. Essa estabilidade em baixos níveis podem estar relacionada à subnotificação ou à ausência de registros, o que não necessariamente reflete uma realidade de ausência de violência, mas sim limitações nos mecanismos de denúncia e registro (Gráfico 9).



Na Região de Integração do Lago de Tucuruí, observa-se uma variação mais acentuada ao longo dos anos. Em 2019, o indicador era elevado (acima de 40 casos por 100 mil), mas caiu drasticamente em 2020. A partir de 2021, houve um aumento expressivo, ultrapassando 50 casos, seguido de uma leve queda até 2023 (40 casos). Esse comportamento sugere instabilidade nos registros e possivelmente os-

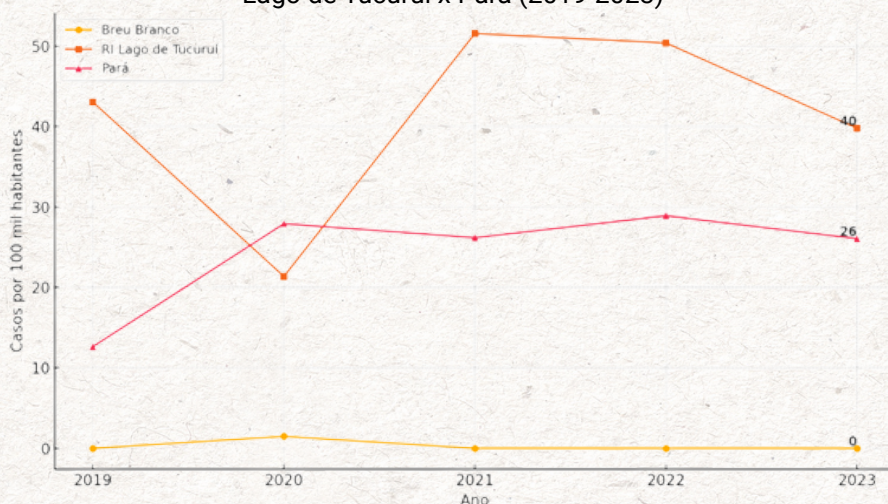
cilações na efetividade das políticas de enfrentamento à violência, campanhas de denúncia ou alterações metodológicas nos dados (Gráfico 9).

No estado do Pará como um todo, houve uma tendência de crescimento no número de casos entre 2019 e 2022, passando de cerca de 13 para 29 casos por 100 mil habitantes, com uma leve queda em 2023 (26 casos). Isso pode indicar uma maior conscientização e

denúncia por parte das vítimas, assim como um fortalecimento das estruturas de acolhimento e registro, ainda que a queda recente sinalize a necessidade de atenção constante para manutenção das políticas públicas e combate efetivo à violência de gênero (Gráfico 9).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

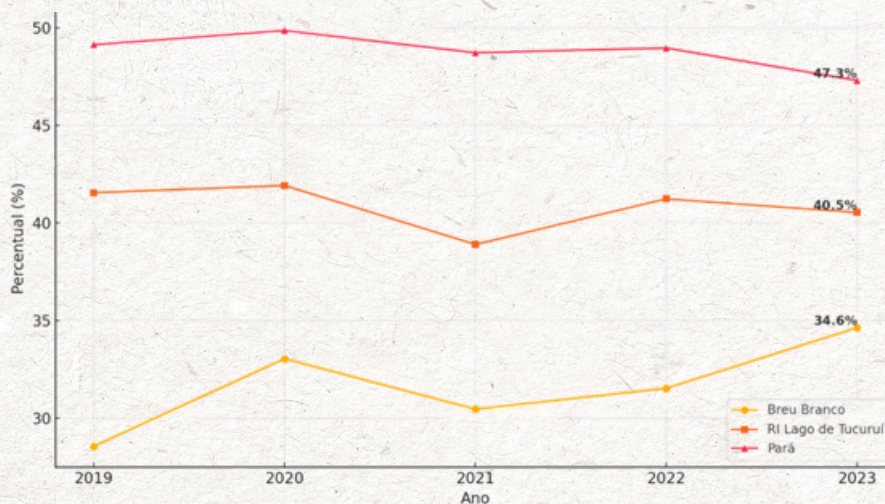
Em Breu Branco, o percentual de mulheres em cargos gerenciais apresentou uma tendência geral de crescimento entre 2019 e 2023, partindo de 28,5% para 34,6%. Apesar de uma queda em 2021 (para 30,5%), o município demonstrou recuperação nos dois anos seguintes. Esse comportamento sugere uma leve melhora nas oportunidades de liderança para as mulheres no contexto local, ainda que os valores permaneçam abaixo da paridade e da média estadual (Gráfico 10).



Na Região de Integração do Lago de Tucuruí, o indicador manteve-se relativamente estável ao longo dos anos, com pequena variação entre 41,5% e 42,1% em 2019-2020, uma queda em 2021 (39%), e nova elevação em 2022-2023, atingindo 40,5%. Esse padrão sugere que, embora a presença feminina em cargos de liderança na região esteja acima da média do município, ainda há dificuldades em consolidar avanços sustentáveis, com oscilações que apontam para fragilidades institucionais ou culturais (Gráfico 10).

Já no estado do Pará, o percentual manteve-se constantemente elevado e mais próximo da equidade de gênero. Em 2019, o índice estava em 49%, atingindo um pico de 49,6% em 2020, seguido por leve declínio nos anos posteriores, chegando a 47,3% em 2023. Apesar da ligeira queda recente, o desempenho do estado como um todo destaca avanços significativos na ocupação de espaços de liderança por mulheres, evidenciando políticas mais efetivas ou consolidadas no âmbito estadual (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 34,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Breu Branco, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto apresentou leve crescimento entre 2019 e 2023, saindo de 2,4% para 3,3%. Apesar do avanço ser modesto, a elevação contínua, especialmente a partir de 2021, indica algum esforço em políticas de inclusão sanitária para os grupos mais vulneráveis. No entanto, o patamar ainda é baixo, revelando uma cobertura limitada e destacando a necessidade de ampliação dos investimentos em infraestrutura básica (Gráfico 11).



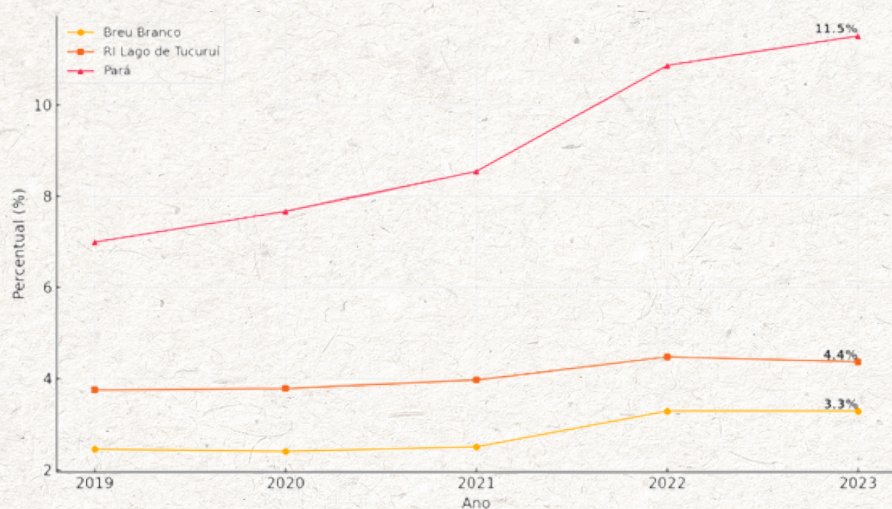
Na Região de Integração do Lago de Tucuruí, o indicador se manteve relativamente estável, com variações discretas ao longo do período: iniciou em 3,8% em 2019 e finalizou em 4,4% em 2023. Essa estabilidade pode refletir uma infraestrutura que não avançou de maneira significativa, ou uma ausência de políticas específicas voltadas ao recorte da população de baixa renda. Mesmo com uma cobertura um pouco superior à de Breu Branco, a re-

gião permanece aquém das necessidades de universalização do serviço (Gráfico 11).

Em contraste, o estado do Pará apresentou uma trajetória crescente expressiva, saindo de 7% em 2019 e alcançando 11,5% em 2023. Esse crescimento demonstra maior abrangência das ações estaduais no sentido de ampliar o acesso à coleta de esgoto para populações de baixa renda. O salto observado entre 2021 e 2022 é particularmente signifi-

cativo, sugerindo a implementação de políticas ou projetos mais robustos nesse período, o que reforça o papel do estado como indutor de políticas públicas estruturantes (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

No município de Breu Branco, o gasto per capita com saneamento básico cresceu substancialmente ao longo da série histórica, com destaque para o ano de 2022, em que atingiu R\$ 115 por habitante. Apesar da redução observada em 2023 (R\$ 106), o patamar se manteve elevado em relação aos anos anteriores. Esse aumento aponta para um esforço considerável por parte da gestão municipal em ampliar investimentos no setor, o que pode estar diretamente associado aos avanços, ainda que limitados, no atendimento à população de baixa renda (Gráfico 12).

Na Região de Integração do Lago de Tucuruí, o comportamento do indicador foi mais instável. Após um crescimento

entre 2019 (R\$ 41) e 2021 (R\$ 63), houve uma queda expressiva em 2022 (R\$ 32), com leve recuperação em 2023 (R\$ 44).

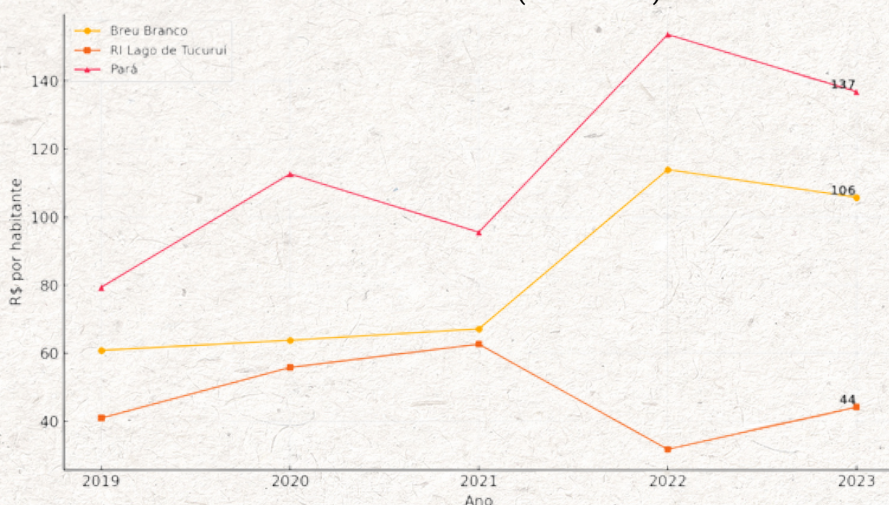
Essa oscilação sugere fragilidade orçamentária ou descontinuidade de políticas públicas na área de saneamento, o que pode comprometer o atendimento sustentável e a qualidade da prestação dos serviços de esgotamento sanitário (Gráfico 12).

Já o estado do Pará demonstrou uma tendência geral de crescimento nos investimentos per capita, partindo de R\$ 79 em 2019 e alcançando R\$ 137 em 2023, com destaque para o salto expressivo entre 2021 e 2022. Essa elevação pode estar relacionada à execução de grandes programas

estruturantes com recursos estaduais ou federais. Mesmo com uma leve redução em 2023, o patamar de gasto segue elevado, reforçando o papel do estado como protagonista no financiamento e execução de ações de saneamento básico (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 106/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



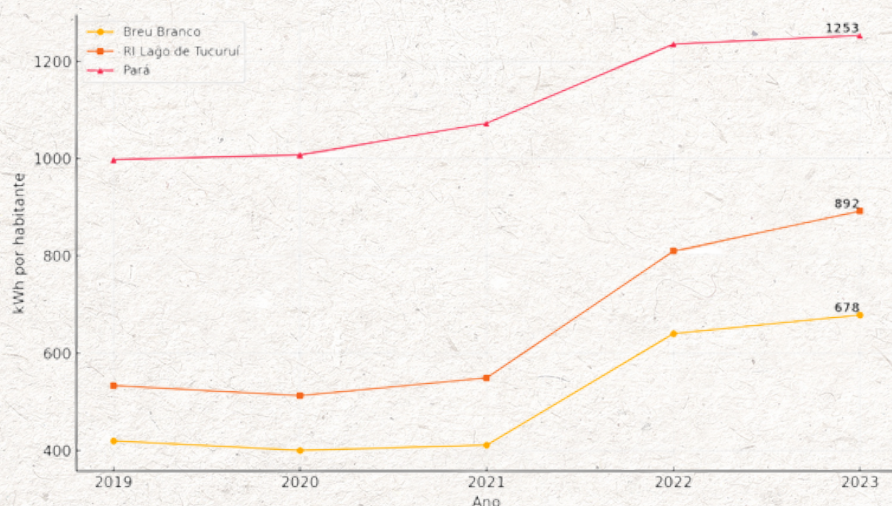
Em Breu Branco, o consumo de energia elétrica per capita apresentou um crescimento notável entre 2019 e 2023. Iniciando com cerca de 430 kWh/hab. em 2019, o valor cresceu modestamente até 2021 e teve um salto expressivo a partir de 2022, culminando em 678 kWh/hab. em 2023. Esse aumento pode refletir uma maior urbanização, expansão do acesso à energia elétrica ou crescimento da atividade econômica e residencial com maior uso de eletrodomésticos e serviços (Gráfico 13).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Na Região de Integração do Lago de Tucuruí, o consumo também registrou crescimento expressivo. Partindo de aproximadamente 530 kWh/hab. em 2019, houve ligeira oscilação até 2021, seguida de uma forte elevação nos dois últimos anos, atingindo 892 kWh/hab. em 2023. Essa trajetória sugere uma tendência de dinamização do consumo residencial e possivelmente também do setor comercial e de serviços, acompanhando padrões de desenvolvimento regional (Gráfico 13).

Já no estado do Pará, o comportamento do consumo elétrico foi crescente de forma constante ao longo do período. Saindo de cerca de 1.000 kWh/hab. em 2019, o indicador alcançou 1.253 kWh/hab. em 2023, o maior valor entre os três recortes. Esse avanço gradual, mas sustentado, indica ampliação da cobertura elétrica e uso mais intensivo da energia nos domicílios e demais setores produtivos, refletindo políticas estaduais de acesso e infraestrutura energética mais consolidada (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 678 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

No município de Breu Branco, o percentual de domicílios de baixa renda que utilizam fontes fósseis de iluminação reduziu-se ao longo do período, passando de 1,6% em 2019 para 1,2% em 2023. Apesar da queda ser modesta, o indicador já partia de um patamar relativamente baixo, sugerindo uma cobertura satisfatória de energia elétrica entre as famílias de baixa renda. A trajetória descendente indica avanços em universalização do acesso à energia limpa e segura (Gráfico 14).



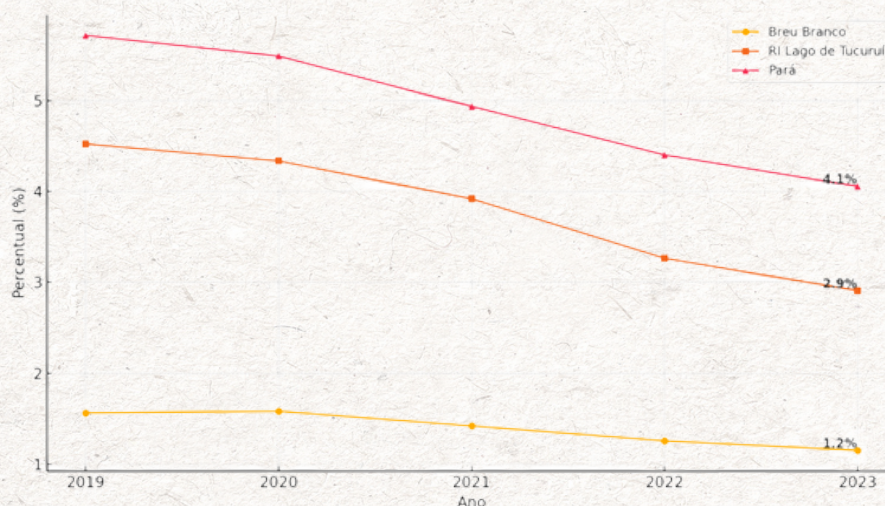
Na Região de Integração do Lago de Tucuruí, o indicador também caiu de maneira consistente, de 4,5% em 2019 para 2,9% em 2023. Essa redução contínua demonstra uma melhora considerável nas condições de acesso à iluminação elétrica entre os domicílios mais vulneráveis, o que pode estar relacionado a programas regionais de eletrificação rural ou melhorias em redes de distribuição localizadas (Gráfico 14).

Em nível estadual, o Pará

apresentou a maior redução percentual entre os três níveis analisados. Partindo de 5,7% em 2019, o índice caiu para 4,1% em 2023. Ainda que o valor absoluto permaneça acima dos recortes municipal e regional, a trajetória descendente indica esforços efetivos no combate à pobreza energética. Esse progresso é significativo, mas reforça que ainda existem bolsões de vulnerabilidade energética a serem atendidos, sobretudo em áreas isoladas ou rurais (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



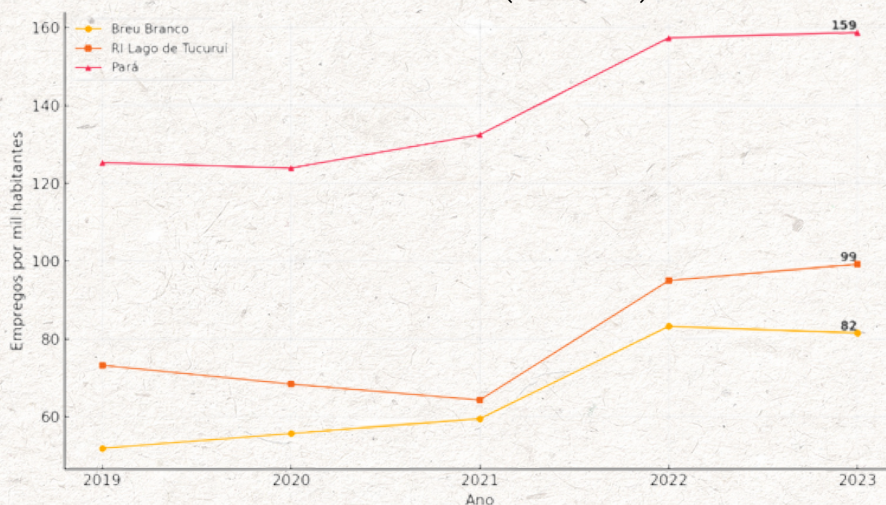
Empregos Formais por Mil Habitantes

Na Região de Integração do Lago de Tucuruí, o comportamento foi inicialmente de queda entre 2019 e 2021, quando o indicador caiu de 73 para 64 empregos formais por mil habitantes. Esse período coincide com os efeitos da pandemia de COVID-19, que impactaram negativamente o mercado de trabalho em diversas regiões. A partir de 2022, entretanto, a região apresentou forte recuperação, atingindo 99 empregos por mil habitantes em 2023 — superando inclusive o valor inicial da série. Isso pode refletir políticas regionais de fomento ao emprego, recuperação de setores produtivos e maior dinamismo econômico (Gráfico 15).

Entre 2019 e 2023, o município de Breu Branco apresentou uma trajetória de crescimento no número de empregos formais por mil habitantes. O indicador subiu de 52 para 82 no período, com destaque para o expressivo salto observado entre 2021 e 2022, quando passou de 59 para 84 empregos formais por mil habitantes. Essa elevação pode estar relacionada à recuperação econômica pós-pandemia, incentivo à formalização de vínculos empregatícios ou novos empreendimentos no município. Contudo, em 2023 houve uma leve retração, sinalizando possível estabilidade ou limitação no crescimento do mercado formal local (Gráfico 15).

No estado do Pará, a evolução do indicador foi mais consistente e acentuada. O número de empregos formais por mil habitantes partiu de 126 em 2019 e chegou a 159 em 2023, com destaque para a forte alta entre 2021 e 2022. Esse padrão evidencia um processo robusto de geração de empregos formais no estado, possivelmente impulsionado por investimentos públicos e privados, crescimento de polos industriais e melhoria no ambiente de negócios. O desempenho estadual revela um panorama mais resiliente e estruturado frente às flutuações econômicas, contrastando com as variações mais intensas observadas nos níveis municipal e regional (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 82 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita



No município de Breu Branco, o PIB per capita apresentou crescimento contínuo ao longo do período analisado, saindo de aproximadamente R\$ 8.800 em 2018 para R\$ 17.730 em 2022. Esse aumento representa praticamente uma duplicação da renda média por habitante em quatro anos, com destaque para a forte elevação entre 2021 e 2022. Essa tendência pode ser resultado de investimentos públicos ou privados no território, ampliação da atividade econômica local ou mesmo mudanças demo-

gráficas que impactaram a base populacional de forma proporcional ao produto gerado (Gráfico 16). Na Região de Integração do Lago de Tucuruí, o comportamento foi marcado

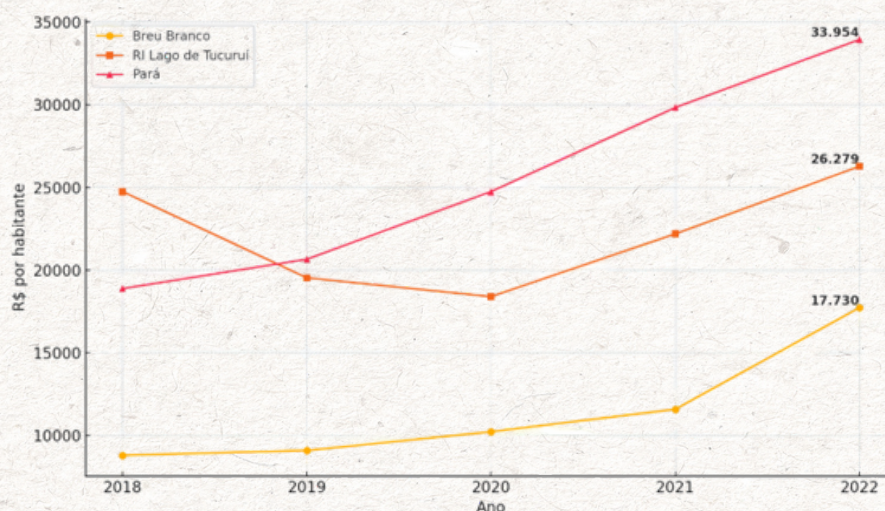
inicialmente por uma queda no PIB per capita entre 2018 e 2020, com redução de cerca de R\$ 25.000 para R\$ 18.500.

A partir de 2021, contudo, o indicador voltou a subir, encerrando 2022 com R\$ 26.279 – superando, inclusive, o valor de 2018. A oscilação pode ter sido influenciada por crises setoriais (como impacto da pandemia sobre a indústria e serviços), mas o crescimento posterior sinaliza um processo de recuperação econômica e reaquecimento produtivo (Gráfico 16).



Já o estado do Pará demonstrou um crescimento mais linear e constante ao longo do período. O PIB per capita estadual partiu de cerca de R\$ 18.800 em 2018 e chegou a R\$ 33.954 em 2022, representando um aumento expressivo de aproximadamente 80%. Essa trajetória revela um desempenho econômico robusto do estado, que pode ter sido impulsionado por setores como mineração, energia e agronegócio, além de investimentos estruturantes e políticas de incentivo à produção (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 17.730/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Em Breu Branco, o valor adicionado da indústria como percentual do PIB municipal cresceu de forma constante, iniciando em 10,4% em 2018 e alcançando 22,4% em 2022. Esse crescimento revela um fortalecimento da atividade industrial no município, possivelmente impulsionado por investimentos em infraestrutura, instalação de unidades produtivas ou maior integração com cadeias regionais de suprimentos. A industrialização progressiva tende a trazer ganhos em produtividade, geração de empregos qualificados e dinamismo econômico local (Gráfico 17).

Na Região de Integração do

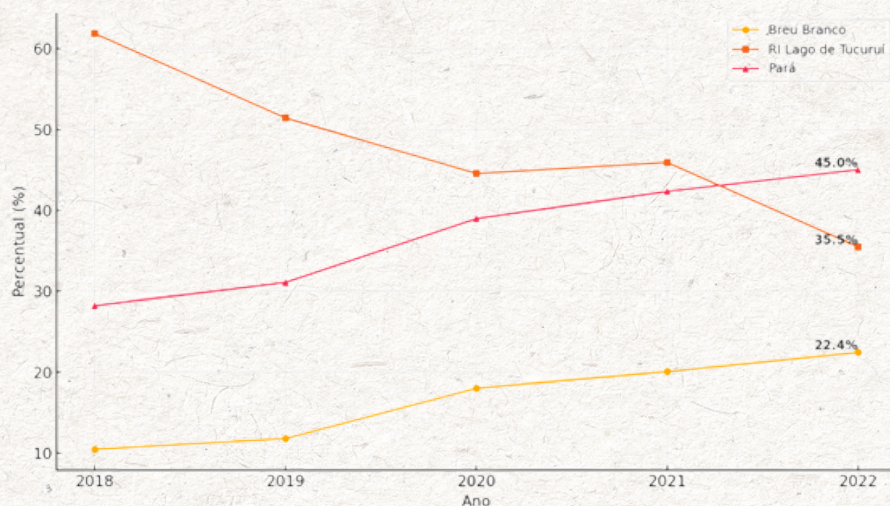
Lago de Tucuruí, o indicador mostrou trajetória inversa: iniciou em patamar elevado, com 62% em 2018, e caiu para 35,5% em 2022. Essa redução expressiva do peso da indústria na composição do PIB regional pode indicar um processo de desindustrialização relativa, com perda de dinamismo do setor em comparação a outras atividades econômicas, como o comércio, os serviços ou o setor público. Tal mudança exige atenção, pois pode sinalizar desafios estruturais, como perda de competitividade ou esgotamento de investimentos produtivos (Gráfico 17).

No estado do Pará, o valor

adicionado da indústria apresentou crescimento progressivo, partindo de 28,4% em 2018 e alcançando 45% em 2022. Isso demonstra uma trajetória de industrialização estadual consistente, que pode estar associada à ampliação de polos industriais, estímulo à verticalização da produção mineral e ao fortalecimento de cadeias produtivas ligadas à transformação e à exportação. A tendência é positiva e reforça o papel do setor industrial como motor de crescimento econômico sustentável no estado (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Breu Branco x RI Lago de Tucuui x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 22,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Breu Branco apresentou crescimento no número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes, passando de 9 para 14. Esse crescimento foi mais acentuado entre 2021 e 2022, quando o indicador saltou de 9,6 para 15,3 profissionais por 100 mil habitantes, refletindo possivelmente iniciativas locais voltadas à formação, atração ou fixação de profissionais com perfil técnico-científico.



Apesar da leve queda em 2023, o nível permanece superior ao registrado no início da série histórica, indicando um saldo positivo no período (Gráfico 18).

Na Região de Integração do Lago de Tucuui, o indicador manteve-se relativamente estável entre 2019 e 2021, com pequenas variações em torno de 9 profissionais por 100 mil habitantes.

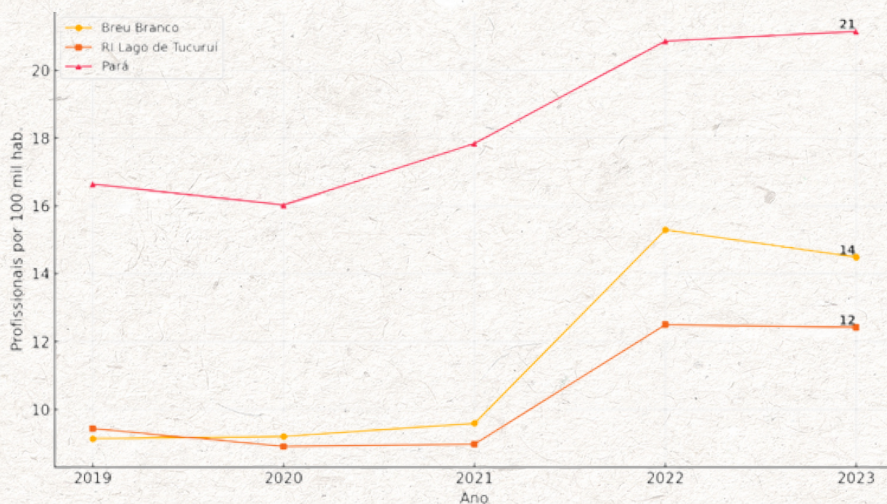
A partir de 2022, houve um aumento considerável, atingindo 12,5 em 2022 e se mantendo nesse patamar em 2023. Esse comportamento pode estar relacionado a investimentos regionais em educação superior, pesquisa aplicada ou ampliação de quadros técnicos em instituições públicas e privadas que operam na região (Gráfico 18).

Na Região de Integração do Lago de Tucuui, o indicador manteve-se relativamente estável entre 2019 e 2021, com pequenas variações em torno de 9 profissionais por 100 mil habitantes. A partir de 2022, houve um aumento considerável, atingindo 12,5 em 2022 e se mantendo nesse patamar em 2023.



Esse comportamento pode estar relacionado a investimentos regionais em educação superior, pesquisa aplicada ou ampliação de quadros técnicos em instituições públicas e privadas que operam na região (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2022, o município de Breu Branco apresentou uma redução na participação da massa salarial dos vínculos formais em relação ao PIB, passando de 1,75% em 2019 para 1,34% em 2021. Esse movimento pode refletir uma desaceleração do mercado de trabalho formal diante do crescimento do PIB, ou ainda a ampliação de atividades econômicas com baixa intensidade de emprego formal. No entanto, em 2022 houve uma recuperação parcial, com o indicador atingindo 1,5%, sinalizando possível reaquecimento da formalização do emprego ou reajustes salariais no setor formal (Gráfico 19).

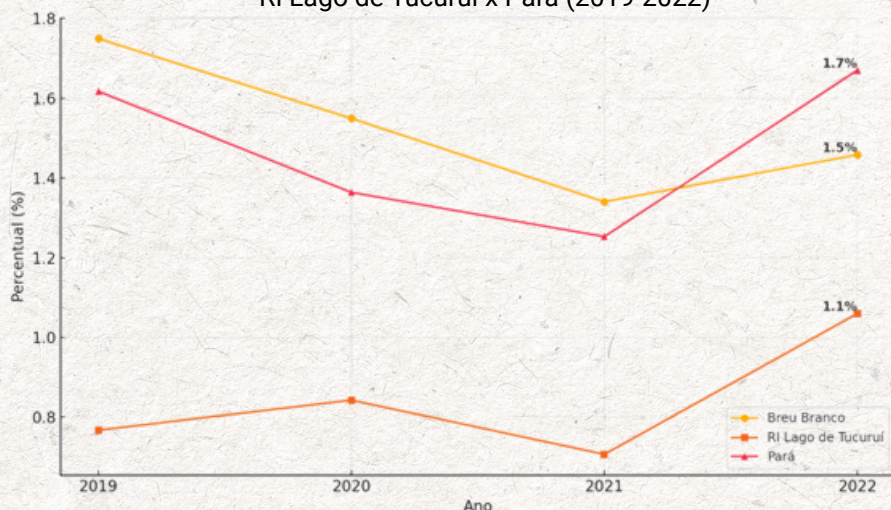
Na Região de Integração do Lago de Tucuruí, a trajetória foi

marcada por um leve crescimento inicial entre 2019 e 2020 (de 0,76% para 0,84%), seguido de queda em 2021 (0,69%) e posterior recuperação em 2022, com o indicador atingindo 1,1% do PIB. Apesar do patamar ainda ser inferior aos níveis estadual e municipal, o crescimento observado em 2022 pode representar um avanço no fortalecimento do mercado formal da região, talvez influenciado por investimentos em setores produtivos que demandam maior força de trabalho registrada (Gráfico 19).

O estado do Pará, por sua vez, também enfrentou um declínio progressivo entre 2019 e 2021, passando de 1,62% para 1,26%. Essa retração pode es-

tar associada aos impactos da pandemia sobre o emprego formal, sobretudo em setores como comércio e serviços. No entanto, em 2022 houve uma recuperação significativa, com a massa salarial atingindo 1,7% do PIB, superando inclusive o valor inicial da série. Esse avanço indica uma retomada econômica acompanhada de valorização do trabalho formal, o que é positivo para a renda e para a arrecadação tributária, além de refletir um possível fortalecimento das políticas públicas voltadas ao emprego no estado (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

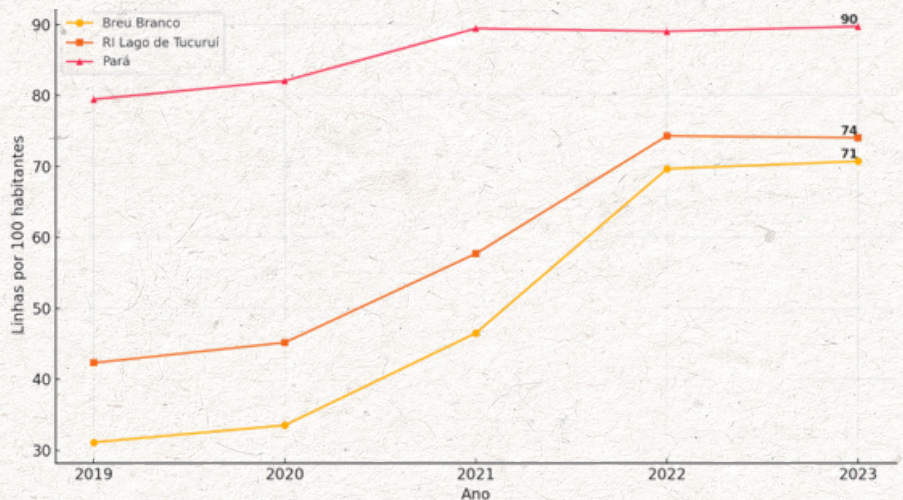
No município de Breu Branco, observou-se um avanço significativo no acesso à telefonia móvel entre 2019 e 2023. O número de linhas móveis por 100 habitantes subiu de 31 para 71 nesse intervalo, com crescimento mais expressivo a partir de 2021, evidenciando uma forte expansão da conectividade. Esse avanço pode estar relacionado à maior cobertura de operadoras, redução de custos de planos móveis e maior dependência dos serviços digitais, especialmente após a pandemia (Gráfico 20).

Na Região de Integração do Lago de Tucuruí, a trajetória foi similar, com o indicador subindo de 42 linhas por 100 habitantes em 2019 para 74 em 2022 e mantendo esse patamar em 2023. Esse crescimento, ainda que moderado em relação ao estado, indica melhorias importantes na infraestrutura digital regional, que podem estar associadas a investimentos públicos e privados para ampliar o acesso à comunicação e inclusão digital (Gráfico 20).



O estado do Pará manteve-se com os maiores índices ao longo do período, saindo de 79 linhas por 100 habitantes em 2019 para 90 em 2023. O crescimento foi mais lento comparado ao município e à região, o que pode indicar uma estabilização em áreas urbanas já amplamente atendidas. Ainda assim, o patamar elevado reflete o avanço consolidado da infraestrutura de telecomunicações no estado, favorecendo o acesso a serviços online, educação a distância e inclusão financeira (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonía Móvel, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 71 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

Breu Branco apresentou um crescimento notável na despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental entre 2019 e 2023. O valor passou de R\$ 21 para R\$ 90 por habitante, com uma aceleração mais intensa a partir de 2021. Esse aumento pode estar relacionado à retomada de atividades culturais pós-pandemia, reforço de políticas ambientais locais ou maior disponibilidade orçamentária para essas áreas, demonstrando uma priorização relevante dentro do orçamento municipal (Gráfico

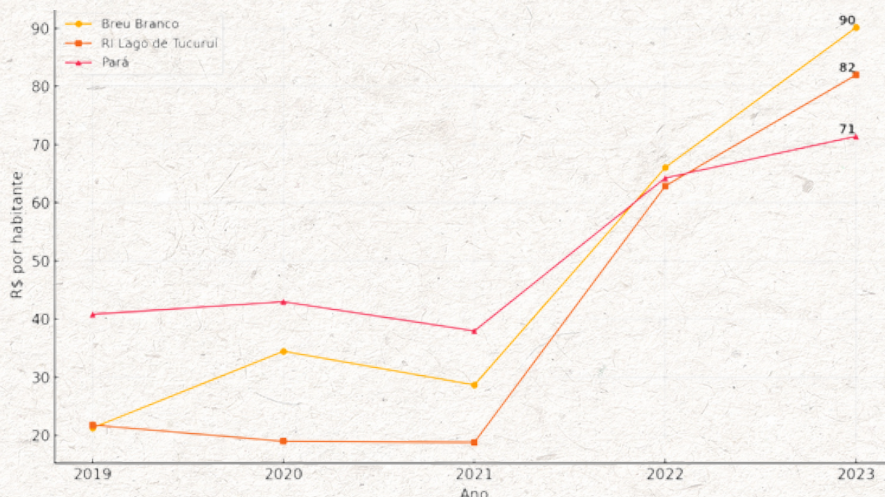
21). Na Região de Integração do Lago de Tucuruí, a evolução foi mais instável. Após queda entre 2019 (R\$ 22) e 2021 (R\$ 18), observou-se um salto expressivo para R\$ 82 em 2023. Esse crescimento abrupto pode ter sido impulsionado por projetos regionais específicos, parcerias com o estado ou captação de recursos externos. A oscilação nos primeiros anos, contudo, sugere uma vulnerabilidade na continuidade do financiamento dessas políticas (Gráfico 21).

Já no estado do Pará, o com-

portamento do indicador foi mais linear, com alta de R\$ 41 em 2019 para R\$ 71 em 2023, apesar de uma queda pontual em 2021. Essa trajetória revela uma tendência positiva de valorização das agendas culturais e ambientais no âmbito estadual, refletindo, possivelmente, uma gestão mais estruturada dos recursos e ampliação dos programas voltados ao patrimônio cultural, sustentabilidade e combate às mudanças climáticas (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

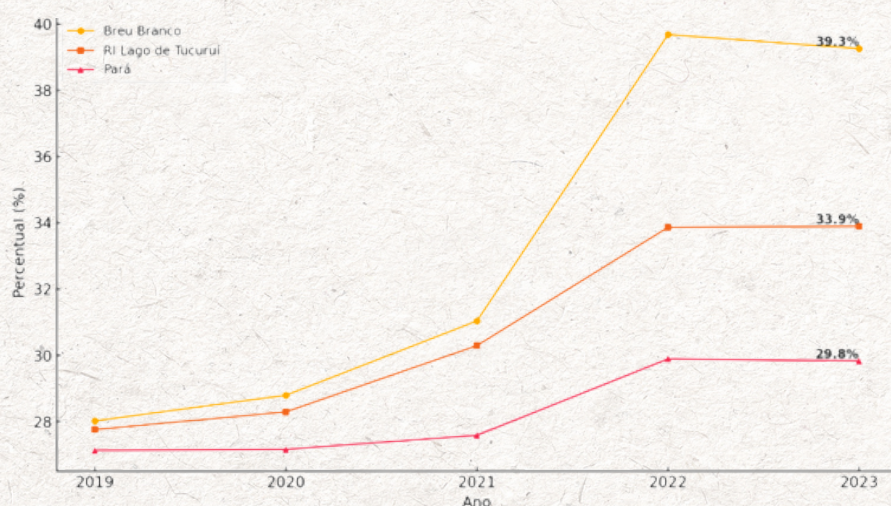
No município de Breu Branco, o percentual de pessoas de baixa renda que recorrem à queima ou enterro do lixo aumentou significativamente entre 2019 e 2022, passando de 28% para 39,3%, com leve queda em 2023 (39,0%). Esse crescimento aponta para a persistência de deficiências na cobertura dos serviços de coleta de resíduos sólidos, especialmente em áreas vulneráveis, indicando que o avanço na infraestrutura urbana ainda não chegou de forma equitativa às populações mais pobres

(Gráfico 22).

Na Região de Integração do Lago de Tucuruí, o comportamento também foi de crescimento, embora em ritmo menos acentuado. O indicador passou de 27,8% em 2019 para 33,9% em 2022 e manteve-se nesse patamar em 2023. O aumento sugere que a precariedade no manejo de resíduos atinge proporções regionais e não apenas locais, com impactos ambientais e de saúde pública que requerem maior atenção do poder público regional (Gráfico 22).

Já o estado do Pará apresentou um crescimento mais moderado, saindo de 26,9% em 2019 para 29,8% em 2023. Apesar do avanço ser mais contido, ainda assim reflete a insuficiência de políticas estaduais de saneamento voltadas às comunidades de baixa renda. O dado reforça a necessidade de expansão dos serviços básicos de coleta de lixo e educação ambiental, principalmente nos municípios do interior e em áreas rurais (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 39,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

População de Baixa Renda com fossa rudimentar

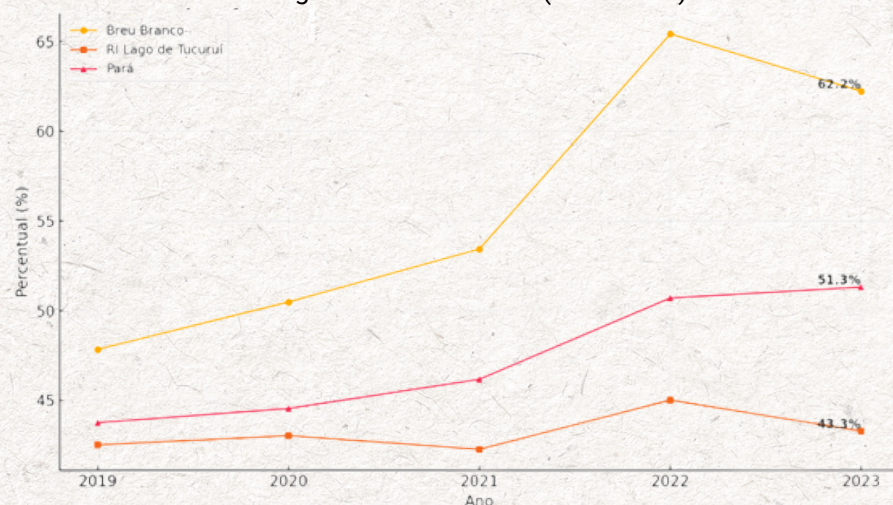
Em Breu Branco, o percentual da população de baixa renda que utiliza fossa rudimentar como solução de esgotamento sanitário aumentou de 47,9% em 2019 para um pico de 65,2% em 2022, com leve queda para 62,2% em 2023. Esse dado evidencia uma grande dependência de soluções precárias e não seguras, o que pode comprometer a saúde pública e o meio ambiente. A elevação aponta que, mesmo com avanços em outras frentes, o saneamento básico permanece como um desafio central no município (Gráfico 23).

Na Região de Integração do Lago de Tucuruí, a trajetória foi relativamente estável, com variações entre 42,3% e 45,0% ao longo do período. O leve crescimento até 2022, seguido de pequena queda em 2023, sugere uma lenta evolução na substituição das fossas rudimentares por alternativas mais seguras. Essa estagnação pode indicar a ausência de investimentos estruturantes no setor de esgotamento sanitário voltado para populações de baixa renda (Gráfico 23).

Em nível estadual, o Pará mostrou uma tendência de crescimento contínuo no indi-

cador, indo de 43,8% em 2019 para 51,3% em 2023. Isso demonstra que mais da metade da população de baixa renda ainda depende de soluções sanitárias inadequadas, o que evidencia a magnitude do déficit de infraestrutura no estado. O crescimento do indicador pode ser influenciado tanto por melhorias nos dados de mapeamento quanto pela expansão urbana não acompanhada por serviços básicos (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 62,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



Gastos per capita com prevenção de desastres

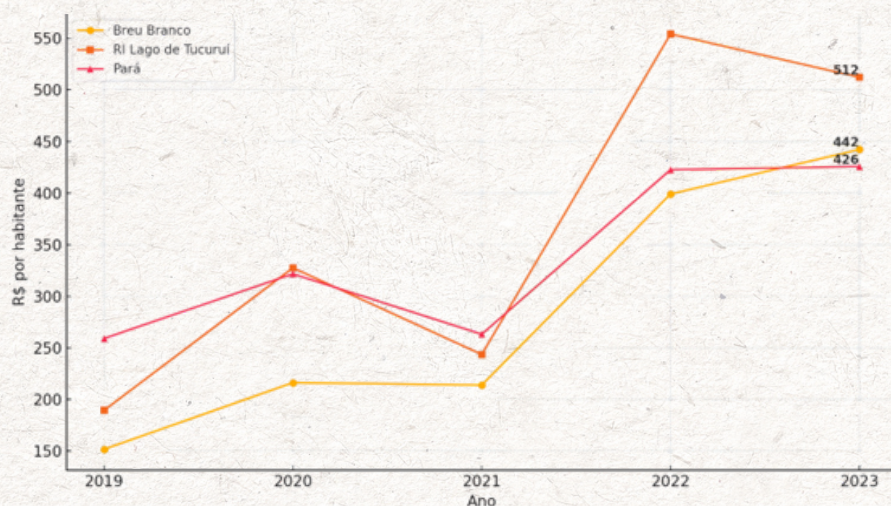
No município de Breu Branco, os gastos per capita com prevenção de desastres apresentaram crescimento expressivo ao longo do período analisado. Partindo de R\$ 150 por habitante em 2019, o valor manteve-se estável entre 2020 e 2021, em torno de R\$ 215, mas saltou para R\$ 400 em 2022 e alcançou R\$ 442 em 2023. Esse aumento indica um reforço nas políticas locais de prevenção, possivelmente como resposta a eventos climáticos extremos ou à ampliação da agenda ambiental e de defesa civil no município (Gráfico 24).

Na Região de Integração do Lago de Tucuruí, a trajetória foi ainda mais acentuada. O indicador passou de R\$ 189 em 2019 para R\$ 512 em 2023, com um pico em 2022 de R\$ 553. Essa elevação acentuada demonstra que a região priorizou fortemente os investimentos em resiliência e mitigação de desastres, o que pode estar associado à vulnerabilidade local a enchentes, secas ou outros eventos naturais recorrentes. A leve redução em 2023 pode indicar ajuste orçamentário após um ciclo de maior investimento (Gráfico 24).

No estado do Pará, a evolução também foi positiva, com crescimento contínuo dos investimentos per capita, de R\$ 258 em 2019 para R\$ 426 em 2023. O destaque vai para o salto entre 2021 e 2022, que sugere uma mudança de patamar nos gastos preventivos.

Esse padrão evidencia que, tanto em nível estadual quanto nos recortes regionais e municipais, houve um alinhamento no sentido de ampliar as capacidades de resposta e mitigação frente aos riscos ambientais, demonstrando um avanço na governança climática e territorial (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 442/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: CADUNICO.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

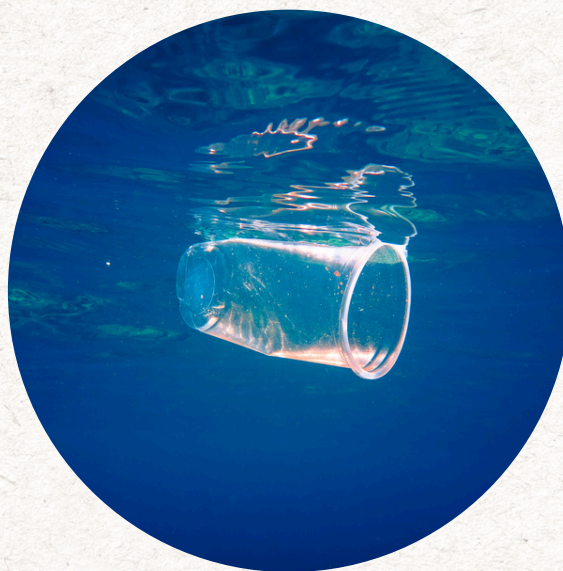
Breu Branco destacou-se significativamente nesse indicador, apresentando valores bastante elevados ao longo do período. A despesa per capita passou de R\$ 552 em 2019 para R\$ 1.014 em 2023, com oscilações intermediárias — queda em 2021 e 2022, seguida de um novo salto em 2023. Esse comportamento sugere uma política ambiental ativa, com fortes investimentos na proteção de mananciais, rios ou lagos, o que pode refletir a relevância dos recursos hídricos para a dinâmica ambiental e econômica do município (Gráfico 25).

Na Região de Integração do

Lago de Tucuruí, o padrão também foi de crescimento, com a despesa subindo de R\$ 286 em 2019 para R\$ 415 em 2023. Apesar das flutuações, o avanço é notável e pode estar associado à importância estratégica das águas da região — especialmente considerando a presença da Usina Hidrelétrica de Tucuruí — exigindo investimentos consistentes na conservação de ecossistemas aquáticos e controle de impac-

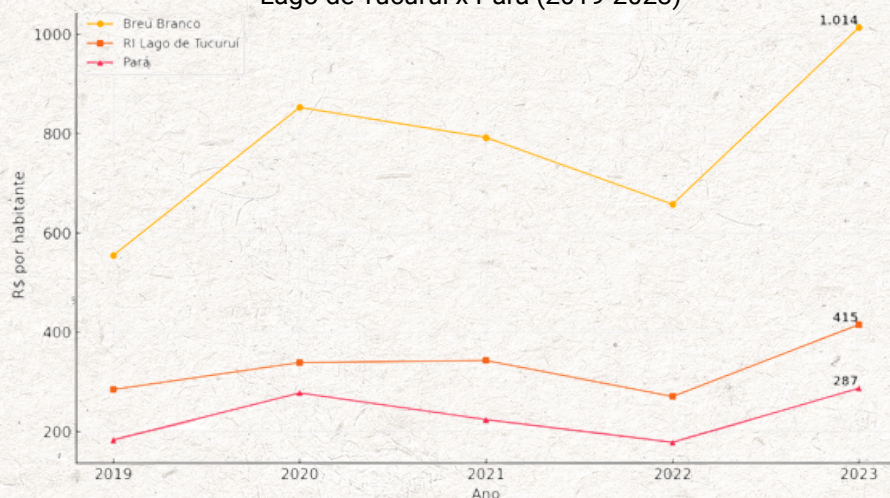
tos ambientais (Gráfico 25).

No estado do Pará, o crescimento foi mais moderado, com o valor per capita passando de R\$ 179 em 2019 para R\$ 287 em 2023. O salto mais expressivo ocorreu entre 2022 e 2023, sugerindo que o tema ganhou maior atenção na agenda estadual apenas recentemente. Embora os valores ainda sejam inferiores aos observados no município e na região, o crescimento indica uma



tendência positiva de priorização da pauta hídrica no planejamento estadual, com potencial para se consolidar em ações estruturantes nos próximos anos (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 1.014/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda foi alcançada.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

No município de Breu Branco, o percentual de área de floresta manteve-se praticamente estável ao longo do período, com uma ligeira queda de 21,9% em 2019 para 20,4% em 2023. A estabilidade em patamar baixo indica um cenário de desmatamento consolidado em anos anteriores, com pouca recuperação ou regeneração de cobertura vegetal nativa. A ausência de crescimento pode também sinalizar uma falta de políticas efetivas de reflorestamento ou proteção de áreas remanescentes (Gráfico 26).

Na Região de Integração do Lago de Tucuruí, a tendência

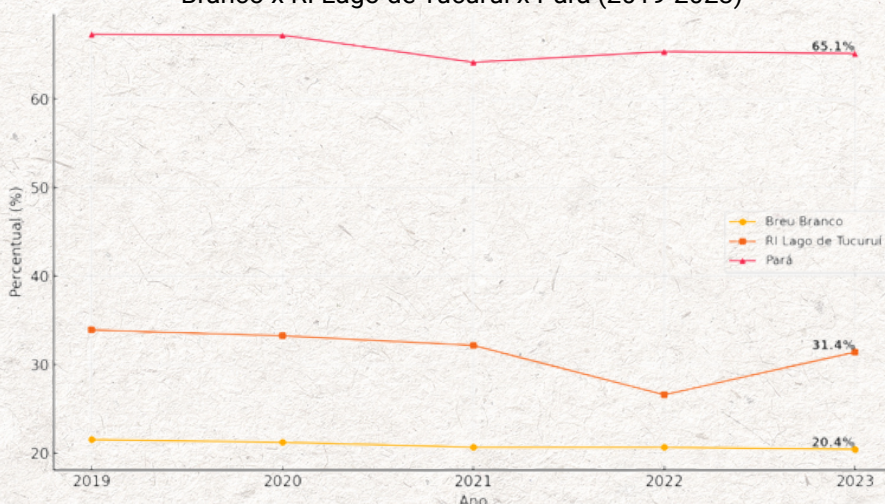
foi de leve declínio até 2022, com redução de 34,0% em 2019 para 27,0%, seguida por uma recuperação em 2023, quando o índice subiu para 31,4%. Essa recuperação pode estar associada à implementação de medidas de contenção do desmatamento ou ações de conservação ambiental em es-



cala regional, embora o patamar ainda seja inferior ao início da série histórica (Gráfico 26).

O estado do Pará, por sua vez, manteve uma cobertura florestal relativamente alta e estável, variando entre 64,9% e 66,4% durante todo o período. Em 2023, o percentual fechou em 65,1%, demonstrando que, apesar das pressões sobre o bioma amazônico, grande parte do território estadual ainda mantém sua vegetação nativa. A estabilidade pode ser atribuída a políticas públicas estaduais, monitoramento ambiental e atuação de órgãos de fiscalização ambiental (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 20,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Em Breu Branco, o percentual de área desmatada em relação à área total permaneceu extremamente alto e em crescimento leve, passando de 72,4% em 2019 para 73,6% em 2023. Esse dado revela uma situação ambiental crítica, com a maior parte do território já alterada, o que levanta preocupações quanto à sustentabilidade ambiental, disponibilidade de serviços ecossistêmicos e riscos de erosão e degradação do solo (Gráfico 27).

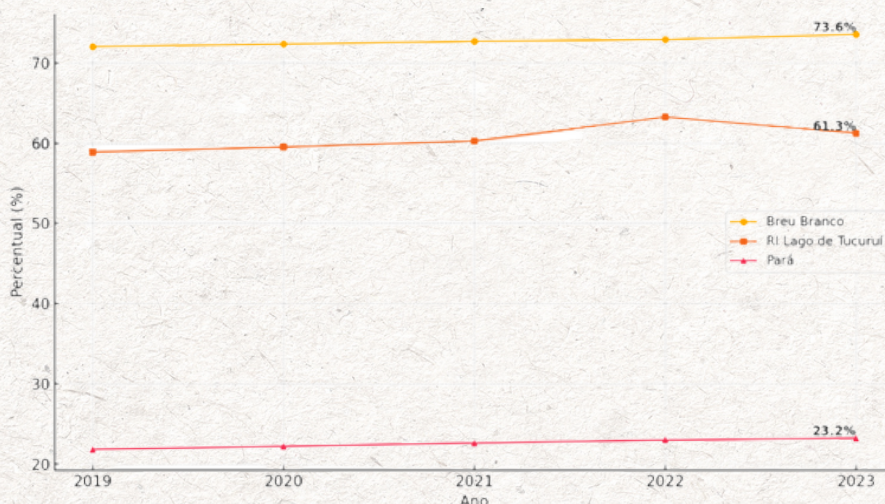
Na Região de Integração do Lago de Tucuruí, o indicador também apresentou uma ten-

dência de crescimento, saindo de 58,7% em 2019 e atingindo 61,3% em 2023, após um pico em 2022. O aumento sugere uma ampliação da fronteira agrícola ou exploração madeireira, ainda que em ritmo inferior ao município de Breu Branco. Esse cenário aponta para a necessidade de planejamento territorial mais equilibrado, conciliando produção econômica e conservação (Gráfico 27).

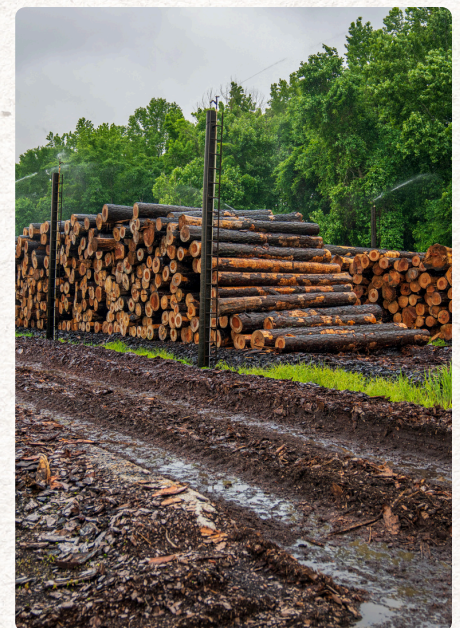
No estado do Pará, o percentual de área desmatada é significativamente menor, partindo de 21,6% em 2019 e alcan-

çando 23,2% em 2023. Apesar do crescimento, o valor ainda é baixo em comparação com os níveis municipal e regional. Esse comportamento indica que, em grande parte do território paraense, a cobertura florestal permanece preservada, o que reforça a importância estratégica do estado na conservação da Amazônia e na regulação climática nacional e global (Gráfico 27).

Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 73,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

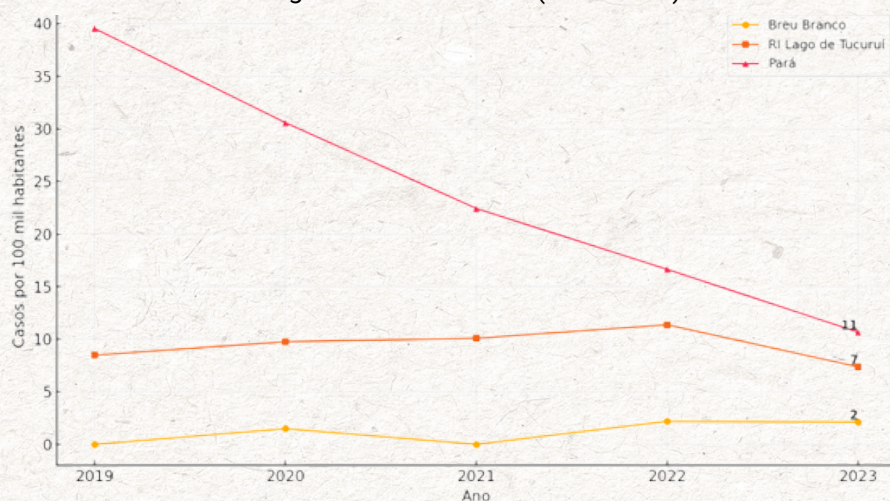
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Breu Branco, o indicador de trabalho infantil manteve-se em patamar muito baixo durante todo o período de 2019 a 2023, variando entre 0 e 2 casos por 100 mil habitantes. Essa estabilidade em níveis reduzidos pode ser interpretada de duas formas: como reflexo de um bom controle institucional sobre essa violação de direitos ou como indício de subnotificação, especialmente em áreas rurais ou periféricas. Ainda assim, os dados sugerem uma situação relativamente positiva frente à média estadual e regional (Gráfico 28).

Na Região de Integração do Lago de Tucuruí, o trabalho infantil apresentou um comportamento relativamente estável, partindo de 8,5 casos em 2019, com leve aumento até 2022 (11,3), seguido de queda para 7,0 em 2023. Essa oscilação aponta para um cenário de persistência do problema na região, apesar dos esforços pontuais. A redução em 2023 pode indicar um avanço em ações de fiscalização, educação e políticas de proteção social, embora o nível ainda seja preocupante (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em nível estadual, o Pará apresentou uma redução significativa no indicador ao longo dos cinco anos. Em 2019, o estado registrava aproximadamente 39,5 casos por 100 mil habitantes, número que caiu de forma contínua até atingir 11,3 em 2023. Essa tendência positiva reflete possivelmente a eficácia de políticas públicas intersetoriais, como o fortalecimento dos Conselhos Tutelares, programas de transferência de renda e ampliação da escolarização. Apesar da melhora, os níveis ainda indicam a necessidade de esforços contínuos para erradicação do trabalho infantil (Gráfico 28).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

O município de Breu Branco apresentou uma forte oscilação na taxa de homicídios entre 2019 e 2023. O índice caiu drasticamente de 45,6 em 2019 para 22,4 em 2020, indicando uma melhoria significativa. No entanto, voltou a crescer nos dois anos seguintes, chegando a 39,4 em 2022 e mantendo esse patamar em 2023. Essa trajetória aponta para uma fragilidade na manutenção da segurança pública local, com variações que podem estar relacionadas a fatores conjunturais, como reorganização de forças policiais

ou conflitos locais (Gráfico 29).

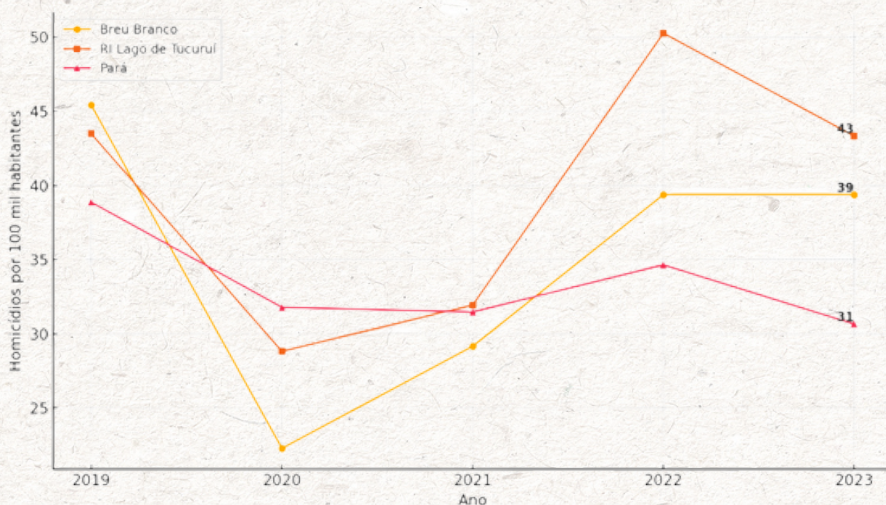
Na Região de Integração do Lago de Tucuruí, o comportamento foi semelhante. Após uma queda de 43,5 em 2019 para 28,9 em 2020, a taxa voltou a crescer, atingindo um pico de 50,2 em 2022, antes de recuar para 43,2 em 2023. Esse cenário sugere que a região enfrenta desafios estruturais de violência, talvez associados ao crescimento urbano desordenado, disputas territoriais e limitações no aparato de segurança pública (Gráfico 29).

Já o estado do Pará apresentou uma redução mais consistente no período. A taxa caiu de 39,1 em 2019 para 31,0 em 2023, com pequenas oscilações ao longo do tempo. Esse comportamento revela avanços na política estadual de segurança pública, como ações integradas entre polícias, fortalecimento da inteligência policial e políticas de prevenção à violência. No entanto, o patamar ainda elevado reforça que o problema permanece relevante e exige atenção contínua das autoridades estaduais (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 39 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Breu Branco apresentou oscilações no gasto público municipal como percentual do PIB. Em 2018, o índice era elevado, alcançando 25,6%, mas caiu progressivamente até atingir 19,8% em 2020. A partir desse ponto, o indicador retomou sua trajetória de crescimento, chegando a 24,6% em 2022. Essa variação pode refletir tanto mudanças na arrecadação e execução orçamentária quanto flutuações na própria composição do PIB local, sugerindo que o poder público municipal manteve participação expressiva na dinâmica econômica do município ao longo do período (Gráfico 30).

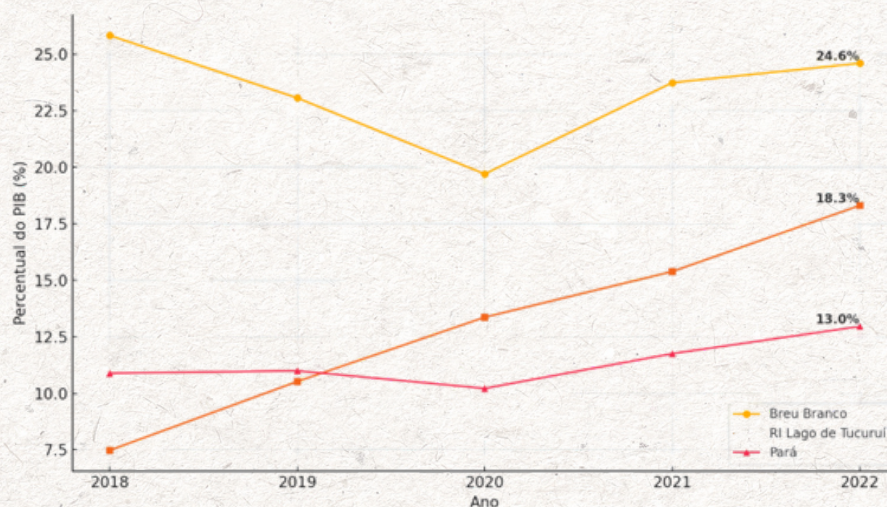
Na Região de Integração do Lago de Tucuruí, observou-se uma tendência clara de crescimento no indicador. Partindo de 7,4% em 2018, o gasto público municipal como percentual do PIB aumentou de forma contínua até atingir 18,3% em 2022. Esse crescimento consistente pode indicar um fortalecimento da atuação dos entes municipais na região, possivelmente impulsionado por políticas de descentralização fiscal, aumento de repasses ou ampliação da base de serviços públicos locais, o que pode ter contribuído para uma maior presença estatal na economia regional (Gráfico 30).

Já no estado do Pará, o indi-

cador manteve-se relativamente estável até 2020, oscilando levemente entre 10,6% e 11%, e a partir de 2021 iniciou uma leve tendência de crescimento, chegando a 13% em 2022. Esse comportamento revela uma ampliação moderada da presença do gasto público municipal no PIB estadual, refletindo um movimento geral de valorização das políticas públicas municipais. Ainda assim, o patamar estadual continua inferior aos observados em Breu Branco e na Região de Integração, o que evidencia desigualdades territoriais na estrutura de gasto público e na intensidade da atuação estatal local (Gráfico 30).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 24,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

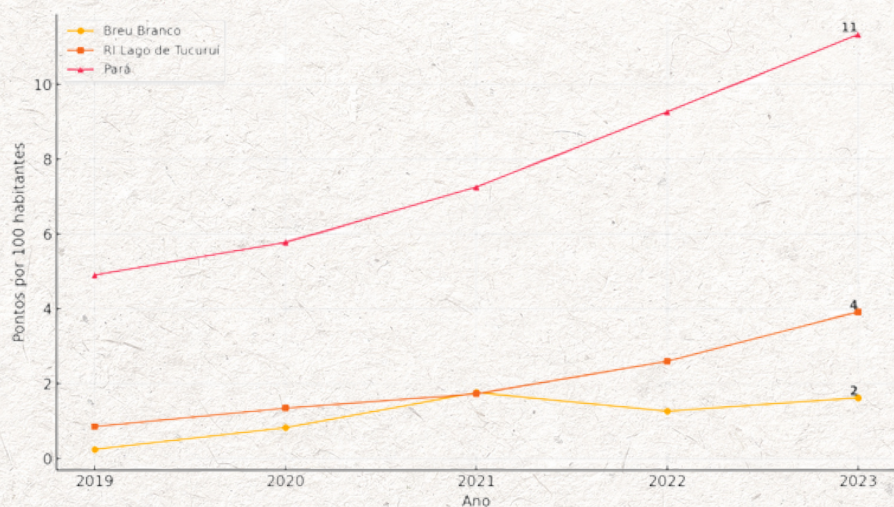
Entre 2019 e 2023, o município de Breu Branco apresentou crescimento moderado na taxa de acesso à banda larga fixa, passando de 0,3 para 2 pontos por 100 habitantes. Apesar do avanço, o indicador ainda revela uma cobertura bastante limitada do serviço, o que evidencia desafios na infraestrutura de telecomunicações e na inclusão digital local. A oscilação observada em 2022, quando houve queda temporária, pode estar relacionada a dificuldades operacionais, perda de usuários ou reestruturação no setor (Gráfico 31).

Na Região de Integração do Lago de Tucuruí, o crescimento foi mais consistente, com a taxa aumentando de 0,9 para 4 pontos por 100 habitantes ao longo do período. Esse avanço gradual sugere esforços regionais mais estruturados para ampliar o acesso à internet fixa, possivelmente impulsionados por parcerias com operadoras ou investimentos públicos em conectividade. Ainda assim, os níveis permanecem baixos, indicando que a banda larga fixa ainda é um serviço restrito e concentrado em áreas urbanas (Gráfico 31).

Em nível estadual, o Pará a-

presentou um avanço expressivo no indicador, mais que dobrando sua taxa entre 2019 e 2023 – de 4,9 para 11 pontos por 100 habitantes. Esse desempenho reflete uma expansão mais robusta da infraestrutura digital no estado, especialmente em centros urbanos, fruto de políticas públicas, incentivos regulatórios e aumento da demanda por conectividade, sobretudo após a pandemia. Apesar do progresso, os dados revelam desigualdade no acesso entre os territórios, apontando para a necessidade de políticas mais focalizadas em regiões periféricas e municípios menores como Breu Branco (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

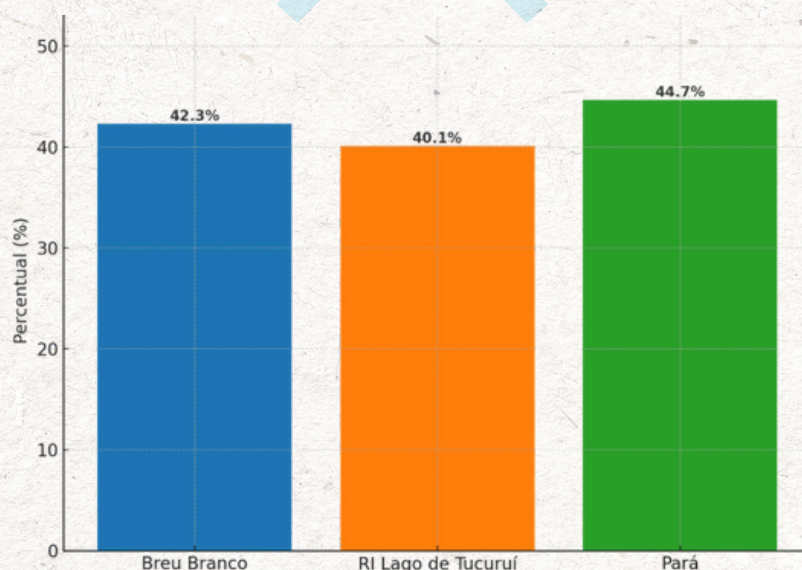
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Breu Branco** registrou um IDS de **42,3%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Breu Branco x RI Lago de Tucuruí x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



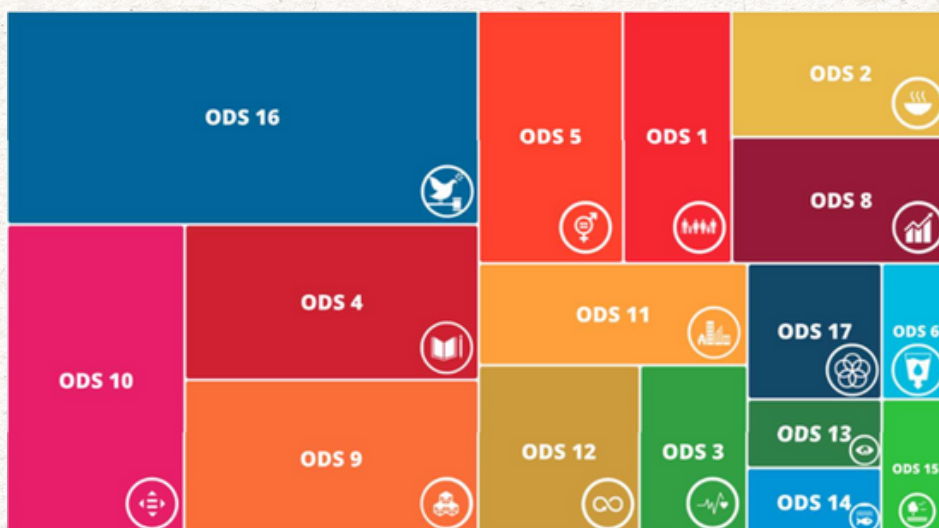
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.


Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Aveiro na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

